

NEGOCIAÇÕES NÃO AVANÇAM

Governo rejeita contraproposta mínima dos trabalhadores **Categoria deve entrar em greve se não houver resposta até o dia 23/04**

Terminou sem avanços a reunião entre representantes do Governo do Estado e dos trabalhadores em educação, realizada no auditório do Instituto Carmela Dutra, em Porto Velho, no dia 15/04. Representando os trabalhadores em educação estavam a Diretoria Executiva do Sintero e os diretores de todas as Regionais.

O governo manteve o discurso repetitivo e sem fundamento, de que o Estado passa por uma crise financeira e que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite aumento dos gastos, o governo do Estado rejeitou a contraproposta mínima aprovada pela maioria dos trabalhadores em educação em assembleias realizadas em todas as Regionais.

Proposta do governo rejeitada pelos trabalhadores

- Pagamento de gratificação de 7,97% sobre o vencimento básico para os professores da Classe C, Técnicos Educacionais e Analistas Educacionais, a partir de abril de 2015 até abril de 2016;
 - Pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (R\$ 1.917,78) para os professores das Classes A e B;
 - Destinação de R\$ 200 mil por mês para pagamento de licença-prêmio em pecúnia, com prioridade para os aposentados, servidores com laudo médico e os que possuem várias licenças vencidas e não podem ser liberados a bem do serviço público;
 - Verificar o impacto para criação de uma gratificação para Técnicos que trabalham na cozinha e na limpeza de escolas de ensino em tempo integral;
 - Discutir a implantação de gratificação de difícil provimento aos Técnicos Educacionais após levantamento da quantidade de servidores e verificação do impacto na folha;
 - Implantar o auxílio transporte para todos os servidores em todo o Estado com base no parecer favorável da PGE, já existente, ou através de projeto de lei;
 - Acelerar a análise dos processos com requerimento de gratificação de pós-graduação e aposentadoria.
- Embora não estivesse na lista de propostas do governo, e depois de ter sido lembrada pelo presidente do Sintero, a secretária disse que incluiria a realização de perícias nos locais de trabalho e conceder adicional de insalubridade onde for identificada essa condição.

Contraproposta dos trabalhadores rejeitada pelo governo

- Pagamento de gratificação de 13,01% sobre o vencimento básico de forma linear para todos os trabalhadores em educação a partir de abril de 2015 sem fixar prazo para a sua retirada. Esse é o índice que corrigiu o Piso Nacional e estaria próximo da junção dos 6% que seriam para janeiro com os 7,97%.
- Destinação de R\$ 300 mil por mês para pagamento de licença-prêmio em pecúnia, sendo R\$ 100 mil para os aposentados, R\$ 100 mil para servidores com laudo médico e R\$ 100 mil para os demais servidores;
- Previsão, através de Projeto de Lei a ser enviado à Assembleia Legislativa, de aumento gradativo dos recursos constitucionais destinados à educação, para 26% em 2015, 27% em 2016, 28% em 2017, 29% em 2018 e 30% em 2019, conforme proposta já divulgada pelo governo durante a campanha;
- Ainda neste ano de 2015, discutir e fixar política salarial com previsão de reajustes em 2016, 2017 e 2018.
- Aceitação, pela categoria, dos demais itens, ou seja, gratificação dos Técnicos que trabalham em escolas de ensino em tempo integral, gratificação de difícil provimento para os Técnicos Administrativos, pagamento do auxílio transporte para todos os trabalhadores em todo o Estado, aceleração da análise dos processos de gratificação e aposentadoria, e laudo para pagamento de adicional de insalubridade.

Contraproposta mínima pode ser atendida com recursos próprios da Educação

A contraproposta aprovada pela categoria pode ser atendida pelo governo com recursos específicos da educação, sem atingir a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, na reunião do dia 15/04 os representantes do governo se limitaram a reiterar a proposta já rejeitada pelos trabalhadores em educação, decisão comunicada ao governo na reunião anterior.

Representando os trabalhadores em educação estavam a Diretoria Executiva e os diretores de todas as Regionais. Pelo governo participaram da reunião o vice-governador, Daniel pereira, os secretários Emerson Castro (Casa Civil), Fátima Gavioli (Seduc), George Braga (Sepog) e Wagner Garcia de Freitas (Sefin); o Diretor Executivo da Searh, Ramiro Vieira da Silva, além de representantes da Procuradoria Geral do Estado e os secretários adjuntos da Sepog e Seduc.

CONVOCAÇÃO

O Sintero convoca os trabalhadores em educação estaduais para Assembleia Estadual.

- **Data:** 23/04 (quinta-feira)
- **Horário:** 16 horas
- **Local:**
- **Pauta:** Deliberação sobre greve por tempo indeterminado.